

A Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos

William Gaia Farias

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.
Professor titular da Universidade Federal do Pará. e-mail: wgaia@ufpa.br

Resumo: O artigo analisa a participação da tropa paraense na Guerra de Canudos. Atenta-se aos debates na imprensa e no senado estadual sobre a decisão de participação na campanha e sobre os preparativos para partida e retorno da tropa. Observam-se os principais momentos de atuação da Brigada Militar do Estado do Pará, do deslocamento até o retorno do sertão baiano, enfatizando as baixas e obstáculos enfrentados na campanha. Consideram-se os significados que a participação militar na guerra teve para a sociedade paraense do fim do século XIX.

Palavras-chave: 1. Canudos. 2. República. 3. Pará. 4. Brigada Militar.

Abstract: The paper analyses the participation of the troop of Pará in the Canudos War. Special attention must be paid to the contests in press and in the state senate about the decision of participation in the battle and about the preparations for departure and return of the troop. We should also observe the most important moments of the military brigade of Pará, from the displacement to the return to the backlands of Bahia, by emphasizing the deaths and the obstacles faced in the campaign. Finally we should consider the meanings of the participation in the war for the society of Pará at the end of the 19th century.

Keywords: 1. Canudos. 2. Republic. 3. Pará. 4. Military Brigade.

1. Introdução

Os anos que sucederam a Proclamação da República foram marcados pelas disputas entre grupos e partidos políticos interessados no controle do país. A primeira década republicana expressa muito bem o nível dessas disputas que denunciam a instabilidade política do novo regime. Todavia, estes conflitos receberam tratamentos diferenciados pelo poder público, de acordo com as dimensões e questões em discussão.

Do quadro dos conflitos mais destacados ocorridos na primeira década republicana anota-se a Guerra de Canudos, iniciada no final de 1896 e desencadeada no ano de 1897. O cenário do grande conflito foi o sertão baiano, na localidade de Belo Monte, às margens do rio Vaza-Barris em um povoado conhecido como Canudos. A Guerra de Canudos é tema bastante discutido pelos historiadores que se dedicam a estudar o período conhecido como a Primeira República. Afinal, trata-se de um acontecimento de grande repercussão negativa ao novo regime, dada a forma e os métodos violentos empregados pelo governo na repressão que não poupou nem a vida de mulheres e crianças. Contudo, essa guerra foi marcante pela própria determinação dos sertanejos em defenderem seus ideais e opções de vida, sem renderem-se ao poder da República com seus coronéis, polícias militares e Exército.

Como bem informa a historiografia, Antônio Conselheiro era bastante conhecido no Nordeste, principalmente nos estados do Ceará, Sergipe e Bahia, pois já peregrin-

nava pela região há aproximadamente 25 anos. Por onde passava, conquistava seguidores, construía igrejas, cemitérios e açudes (NOGUEIRA, 1974; VILLELA JR, 1997; GALVÃO 2001). Durante a peregrinação, Conselheiro rezava, aconselhava, mas não ministrava sacramentos. Não sendo ordenado pela Igreja Católica, tinha consciência dos impedimentos e de seu limite de atuação. Anota-se que no Nordeste do final do século XIX o catolicismo popular (também chamado de tradicional ou rústico) era bastante seguido. Mas Antônio Mendes Maciel era apenas um dentre tantos “conselheiros” que peregrinavam pela região na época. Eram pregadores de sermões popularmente chamados de “conselhos”, por não serem proferidos por padres ordenados pela Igreja Católica.

Após alguns conflitos com a polícia, em 1893, por ter queimado editais com os novos impostos republicanos, Antônio Conselheiro resolveu fundar a comunidade de Canudos que, gradativamente, foi se tornando um grande atrativo para os sertanejos que viviam em péssimas condições, muitos dos quais haviam saído do regime de escravidão, além de experimentarem problemas com as secas intensas. Diante da possibilidade de melhoria de condições de vida e com a crença na pregação de Conselheiro, a comunidade de Canudos aumentou rápida e expressivamente, o que preocupou os grandes proprietários, que temiam a perda de terras e já enfrentavam problemas com falta de mão-de-obra.

A posição da Igreja foi significativa para a eclosão da Guerra de Canudos, pois com o processo de “romanização” iniciado na metade do século XIX, os padres foram submetidos à autoridade dos bispos e das arquidioceses. Em Salvador a arquidiocese já se posicionava contra a atuação dos peregrinos pregadores leigos do sertão, os denominados “conselheiros”. A Igreja temia perder o controle sobre a população sertaneja e por isso contestava a atuação dos beatos, considerados por ela como verdadeiros fanáticos, desautorizados a pregar o evangelho.

Considerando as várias discussões a respeito dos acontecimentos de Canudos, convém destacar o debate acerca da participação paraense no conflito que alarmou a sociedade do final do século XIX, mais precisamente, dos policiais do Pará, juntamente com os amazonenses. Os estados do Norte envolveram-se nos conflitos ocorridos às margens do Vaza-Barris, o que expressa claramente as articulações entre as oligarquias e o jogo político na Primeira República, principalmente ao que ficou conhecido como “Política dos Governadores”.

2. Notícias e debates sobre Canudos no Pará

Em novembro de 1897, a 1ª Expedição seguiu para Canudos e contava com um contingente de 120 homens, comandados pelo tenente Pires Ferreira. Contudo, quando os militares se acampam em Uauá, foram surpreendidos pela investida dos conselheiristas, que atacaram de madrugada, antecipando o combate a uma distância de 100 quilômetros de Canudos. Nesse primeiro momento, a tropa governista levou ligeira vantagem, mas retornou para a capital, permitindo que os conselheiristas se reorganizassem.

Ainda no final de novembro, organizou-se a 2ª Expedição sob o comando do major Febrônio Brito. Já no início de 1897, o jornal paraense *A República* divulgou os acontecimentos sobre a derrota da Expedição (*A República*, 07/01/1897, p. 1). A notícia da derrota foi recebida com grande surpresa, pois não se esperava que a tropa, inicialmente composta por 100 soldados do Exército e 100 do Regimento Militar da Bahia, que depois foi reforçada com mais 600 homens (GALVÃO, 2001), perderia o primeiro confronto contra os sertanejos.

Logo se anunciou que o destemido coronel Antônio Moreira César fora destacado para chefiar a 3ª Expedição. Foi justamente pensando em fazer parte da expedição comandada por Moreira César que Paes de Carvalho, o governador do estado do Pará ofereceu a Brigada Militar do Estado do Pará para combater contra os conselheiristas

(Livro de Atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897, p. 30). Porém, o governo federal recusou a oferta (*A Folha do Norte*, 03/08/1897, p. 2).

Entretanto a possibilidade de participação da tropa paraense na Guerra de Canudos suscitou debates que não eram relativos apenas aos aspectos econômicos e políticos. Em 8 de março de 1897, em sessão da Câmara do Senado paraense¹ foi julgada a solicitação do governador sobre o envio de tropas da Brigada Militar do Pará a Canudos. O Congresso Estadual do Pará, argumentando que os conselheiristas atuavam contra a pátria, acabando com a vida de homens importantes à nação, autorizou o governador do estado a oferecer auxílio à luta contra Conselheiro para defender as “instituições republicanas”. Contudo, o governo federal, que já estava à frente da questão, alegou que não havia necessidade de empregar as tropas do Pará, devido aos altos custos que representava tal deslocamento.

Mas o inesperado aconteceu, pois em março de 1897 a 3ª Expedição foi derrotada e quase levada ao esgotamento. Assim, o governo federal rapidamente procurou preparar a 4ª Expedição, entregando o comando ao general Artur Oscar que, necessitando de reforços, aceitou a participação das tropas dos estados do Norte. O jornal *A República* publicou a notícia da aceitação da participação das tropas do Norte na Guerra de Canudos por parte do presidente da República. A tropa paraense deveria defender a “ordem pública” dos “[...] interesses morais e materiais da federação e quiçá das nossas instituições ameaçadas” (*A República*, 30/07/1897, p. 1). Diante da notícia da aceitação, o governo paraense, procurando demonstrar sua devoção à causa e à integração nacional e seu posicionamento contrário a qualquer atitude separatista, iniciou os preparativos para o envio das tropas.

Na época que precedeu o envio das tropas paraenses, as discussões políticas foram frequentes nos jornais de Belém. O jornal *A República*, como órgão do Partido Republicano do Pará, onde se encontrava a maioria dos republicanos históricos, procurava convencer a sociedade de que os seguidores de Antônio Conselheiro lutavam em defesa da restauração monárquica (*A República*, 03/08/1897, p.1).

Demonstrando certa euforia e orgulho, *A República* divulgava cada passo dos preparativos da tropa que seguiriam à Bahia para juntar-se às forças federais, na empreitada entendida como missão de salvamento do regime republicano. Nos artigos do referido jornal, argumentava-se que os oficiais e praças do Corpo Militar de Infantaria estavam entusiasmados pela oportunidade de defender a República. Em algumas edições o jornal incentivava os militares com a seguinte frase “Marchai, pois, soldados paraenses!” (*ibid*).

Os jornais *A Folha do Norte* e *O Diário de Notícias* também assumiam a mesma linha defendida pelo *A República*. Na edição do dia 3 de julho de 1897, *A Folha do Norte* reproduziu um artigo de Rangel Pastana, anteriormente publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (*A Folha do Norte*, 03/07/1897, p. 1). Afirmava-se que a tentativa de restauração monárquica era obra de homens que desapareceram da cena política central com a Proclamação, e que devido à liberdade garantida pelo novo regime acabaram se organizando para investir em luta armada (*Diário de Notícias*, 30/07/1897, p. 2).

Na imprensa, apesar de prevalecerem as argumentações que condenavam Antônio Conselheiro e seus seguidores com base nas acusações de que eram monarquistas e anticristo, também circularam matérias que inocentavam o líder de Canudos. Este foi o caso de publicações do jornal *O Apologista Cristão Brasileiro* que, na época, circulava em Belém e era de propriedade do pastor Justos H. Nelson, tendo publicação mensal e em defesa da Igreja Metodista Episcopal. Baseando-se em princípios estabelecidos na Constituição de 1891, o líder religioso metodista assegurava que não havia problemas na atuação de Antônio Conselheiro. Afirmava que os conselheiristas, tais como os pro-

¹ A Constituição de 1891 estabelecia nos estados da federação a mesma estrutura legislativa do governo federal, sendo constituída de Câmara dos Deputados e Senado Estadual. Por isso, o oferecimento de auxílio paraense para lutar em Canudos foi votado na Câmara e no Senado Estadual.

testantes, eram perseguidos pela Igreja Católica, que buscava completar os objetivos da “romanização” e não admitia qualquer perda de espaço (*O Apologista Cristão Brasileiro*, 01/05/1897, p. 20). Na realidade a posição do pastor metodista, em si, já revela o nível dos debates sobre a separação entre Igreja e Estado, processados no início do novo regime.

Após o término da Guerra de Canudos, no dia da chegada dos militares das forças do Norte a Belém, Justus Nelson retomou o tema e acusou o governo paraense de ajudar a promover a degola de sertanejos, pois enviou militares a Canudos, o que seria um crime contra os homens que estavam apenas exercendo seus direitos de liberdade religiosa e foram massacrados a sangue frio e impiedosamente (*O Apologista Cristão Brasileiro*, 01/12/1897, p. 48).

Quanto às notícias que circularam imediatamente após a guerra, Walnice Galvão (2001) afirma que, em Canudos, existiu um rigoroso controle do governo a respeito das informações sobre as batalhas. Arthur Oscar, comandante da 4ª Expedição, ordenou que ninguém publicasse nada sem antes passar pela avaliação do comando. Aqueles que não seguiram as determinações do comando militar foram afastados e perderam o direito de divulgar os acontecimentos de Canudos, embora tal ordem não tenha sido suficiente para evitar a saída de informações sobre a ação das tropas.

3. O envio das tropas paraenses a Canudos

O embarque da tropa paraense ocorreu no início da tarde do dia 5 de agosto de 1897, contando com a presença do governador e do vice-governador do estado. A cerimônia oficial iniciou-se no Largo da Pólvora (atual Praça da República) e seguiu para os cais do porto. As autoridades passaram em revista a tropa. Em seguida, as bandas de música do Corpo de Bombeiros e do Instituto Lauro Sodré tocaram hinos. Na ocasião, estavam presentes, além das guarnições do Exército, da Armada e da Guarda Nacional, os magistrados, senadores, deputados, jornalistas, comerciantes, industriais, artistas e funcionários públicos (*A República*, 06/08/1897, p. 2).

Diante da aceitação do governo federal quanto à participação da Brigada Militar do Pará na Guerra de Canudos, o governo paraense rapidamente providenciou a organização da tropa e designou o coronel José Sotero de Menezes para comandar os paraenses. Este, além de comandante do Regimento Militar, tinha a experiência de ter lutado na Guerra do Paraguai. No entanto, logo no primeiro combate, com participação da Brigada Militar do Pará, o coronel Sotero de Menezes foi baleado, saindo de combate e passando o comando da tropa ao tenente-coronel Antônio Sérgio Dias Vieira Fontoura (REGO, 1967).

A Brigada Militar do Pará possuía um efetivo total de 547 combatentes, dos quais 39 eram oficiais, 2 médicos e as respectivas ambulâncias; fardados de acordo com a tabela em vigor, equipados, municiados e armados com fuzis. Já a tropa do estado do Amazonas, estava sob o comando do tenente-coronel Cândido José Mariano, com efetivo total de 273 homens (*ibid*, p. 10).

Apesar de a imprensa e o poder público divulgarem em certo clima de euforia que havia interesse dos militares em participar da campanha em Canudos, houve algumas deserções e solicitações de dispensa como, por exemplo, a do cabo Pedro Bureba Busto que pediu para não ir à guerra, argumentando que, sendo espanhol, não queria combater brasileiros, por ter sido bem acolhido no país (MARRECA, 1937, p. 17).

O cabo Polycarpo Francisco Rodrigues e os soldados Francisco Sotero Dias, Gervasio Victal de Araújo, José da Conceição Brito e Manoel Rocha de Almeida tentaram evitar o embarque para a Bahia, mas foram localizados e enviados para Canudos juntamente com a tropa de amazonenses no navio *Carlos Gomes*, que esteve de passagem por Belém no dia 9 de agosto. Portanto, dos seis desertores, um escapou. As fardas e bonés dos desertores foram encontrados na estrada de São Jerônimo (atual Avenida

Governador José Malcher) e em frente ao trapiche da empresa Amazon Company. Chegando a Salvador, o Alferes Antônio Frederico de Macedo, temendo a luta, pediu demissão. Gervasio Victal de Araújo, José da Conceição Brito e Polycarpo Francisco Rodrigues conseguiram desertar (REGO, 1981, p. 112).

Enquanto a Brigada Militar esteve combatendo em Canudos, o governador procurou suprir sua falta com a criação de uma guarda provisória chamada de Guarda Cívica, que foi extinta no mês de novembro, após o retorno do 1.º e 2.º Corpos de Infantaria (*ibid.*).

4. A Brigada Militar do Pará combatendo no sertão baiano

Na viagem, o vapor *Pernambuco*, que conduzia a Brigada Militar do Pará, passou por vários portos, merecendo destaque para Maceió, cidade em que ocorreu o sepultamento do soldado Emiliano Marcolino Tavares que, sofrendo de pneumonia, faleceu na embarcação. A tropa paraense chegou a Salvador no dia 16 de agosto, e no dia 21 do mesmo mês, seguiu para a vila de Queimadas, na qual permaneceu até o dia 30 de agosto, quando então seguiu para Monte Santo. Durante o tempo em que a Brigada Militar esteve em Queimadas, os soldados Bernardino Felix do Nascimento, Raymundo Nonato Silva e Manoel Ferreira Lima desertaram. A tropa chegou a Monte Santo no início de setembro. Nessa localidade, o Capitão Francisco José Rodrigues Chaves Sobrinho foi demitido ao queixar-se de doença; os soldados João Evangelista Neves, Ignácio José Duarte, Lindolpho Azevedo de Farias, José Leandro da Silva e Dacio de Oliveira também foram dispensados. Além dessas perdas no efetivo, houve a morte do soldado Francisco do Nascimento (REGO, 1967, p. 13).

A Brigada Militar do Pará passou por locais de terrenos inóspitos e, chegando a vila de Caldeirão, encontrou Euclides da Cunha atuando como jornalista do *O Estado de São Paulo*, colhendo dados e obtendo informações que após a guerra resultariam em sua obra-prima *Os Sertões* (MARRECA, 1937, p. 22).

No dia 16 de setembro a tropa paraense chegou a Canudos e, juntamente com o Batalhão do Amazonas, ingressou na 2ª Brigada da 2ª Coluna da Divisão Auxiliar, que contava ainda com os Batalhões de Polícia de São Paulo, o 22.º, o 24.º, o 37.º e o 38.º de Infantaria do Exército, que tiveram como comandante o general Carlos Eugênio Andrade Guimarães, irmão do comandante geral, general Artur Oscar (REGO, 1981, p. 17). A Divisão Auxiliar acampou a três quilômetros de distância de Canudos, na área de principal acesso dos militares ao arraial.

No dia 25 de setembro a tropa paraense entrou em combate, merecendo destaque a atuação do coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura² na missão de proteger o pico, ponto estratégico que os conselheiristas pretendiam ocupar avançando pelo riacho Umburanas. A tropa paraense atacou pela ala direita do 1.º Corpo e recebeu ordens de se deslocar da favela para as posições do 2.º Corpo.

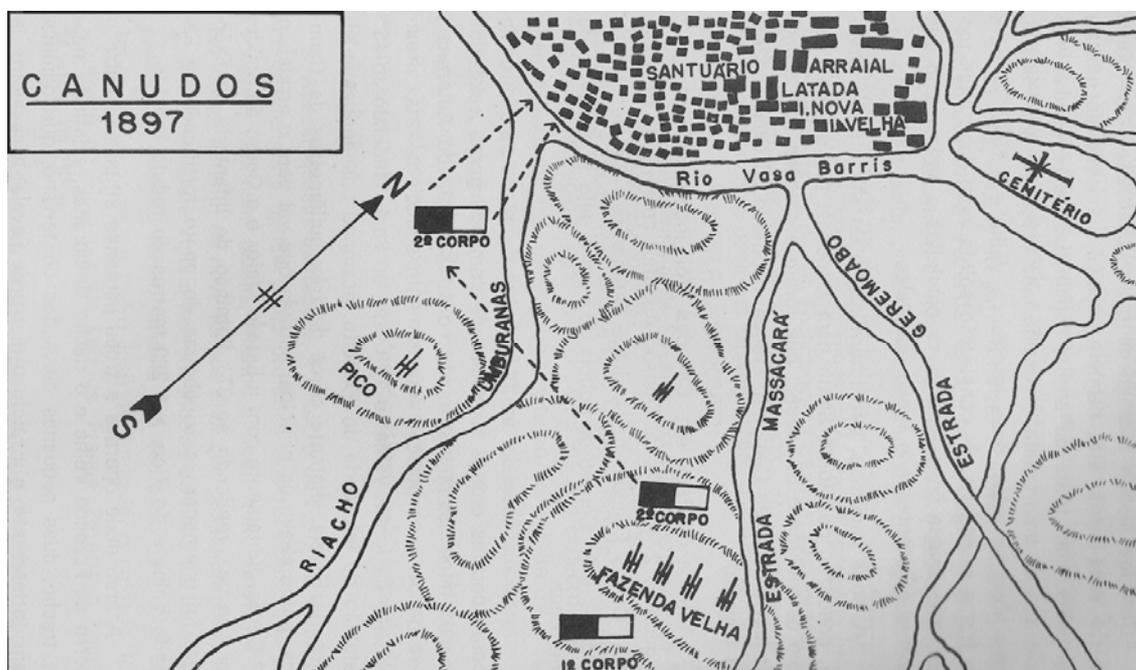
Sob o comando do Coronel Sotero de Menezes, o 2.º de Corpo Infantaria da Brigada Militar do Pará atravessou o leito do riacho Umburanas, colocando-se em posição de combate na margem do Vaza-Barris, iniciando o combate às 7 horas, sendo enquadrada a tropa paraense a Leste pelo 26.º do Exército e a Oeste pelo 1.º de Polícia do Amazonas (REGO, 1967, p. 23).

Os sargentos José Euclides de Mendonça Beltrão e Manoel José de Assumpção, e alguns soldados da 1ª Companhia, foram atingidos na primeira tentativa de incursão pelo Vaza-Barris. Pouco depois, no avanço das 2ª e 3ª Companhias, morreu o Capitão Manoel Baptista Cordeiro, e foi ferido o Capitão Benedicto Asclepiades Pontes; o Coronel Sotero de Menezes foi atingido por um tiro no joelho direito. Devido ao ferimento do comandante paraense, o tenente-coronel Antônio Dias da Fontoura assumiu o co-

² O coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, pela atuação no comando da tropa paraense, passou a ser o patrono da Polícia Militar do Estado do Pará.

mando geral da Brigada Militar do Pará.

O tiroteio foi intenso na manhã de 25 de setembro, e a tropa paraense encontrou-se em situação muito delicada, pois estava sendo castigada pelos conselheiristas. Como não podia recuar, por não contar com cobertura, Fontoura resolveu avançar obtendo resultado satisfatório quanto ao restabelecimento da linha de ataque (REGO, 1981).



Mapa da região de Canudos e movimentação da tropa paraense criado a partir de um desenho. A imagem destaca as posições nas quais a Brigada Militar do Pará avançou em direção aos conselheiristas. A trajetória pontilhada representa o deslocamento dos paraenses do 2.º Corpo de Infantaria na Batalha de 25 de Setembro (*ibid.* p. 115).

No mapa observa-se a posição da tropa paraense e sua localização detalhada em relação aos rios, estradas, cemitério e posicionamento da artilharia governista. Observam-se também as referências a alguns locais no interior da cidadela, tais como o Santuário, o Arraial, Latada, a Igreja Velha e a Igreja Nova. Os desenhos em formato oval ou circular representam os locais de solo mais elevados, ou seja, terrenos altos em relação ao nível do mar.

Avaliando a posição como favorável ao ataque mais eficiente, o comandante Fontoura decidiu ordenar a tropa a avançar para o combate corpo a corpo. O toque de corneta foi executado por um corneteiro substituto, pois o titular, José Carneiro da Cunha, havia morrido logo após ser atingido por um tiro. Chegando ao interior do Arraial, a tropa paraense tocou fogo em algumas casas. Percebendo a situação cada vez mais difícil, um grupo de conselheiristas tentou atacar pela retaguarda, avançando pela margem esquerda do Vaza-Barris. A tropa paraense foi alertada pelo toque de corneta do 5º Regimento de Artilharia do Forte Sete de Setembro (REGO, 1967).

O reforço da 1.ª Companhia do 2.º Corpo, sob o comando do Capitão Manoel Alexandre Câmara, apoiado pela tropa do Amazonas em seu avanço, acabou com a ação que os conselheiristas pretendiam empreender pela retaguarda paraense. A cobertura dada pelo 5º Regimento de Artilharia de Campanha do Forte Sete de Setembro foi imprescindível para a investida das tropas do Norte, pois operavam com metralhadoras *Krupp* de 75mm e 2 canhões *Nordenfeldt* de 37mm. Garantida a posição pela tropa

paraense, o general Artur Oscar, comandante geral, ordenou o tenente-coronel Fontoura a manter as novas posições conquistadas (*ibid*).

A tropa paraense conquistou cerca de 20 casas, matando aproximadamente 200 conselheiristas, prendendo 22 (20 mulheres e 2 crianças), resgatou 15 carabinas *mannlicher*, 5 bacamartes, garruchas, lanças de cavalaria e variados tipos de facões, além de material escrito. Na batalha do dia 25 de setembro, as baixas da Brigada Militar do Pará foram de 54, sendo 19 mortos. Os militares mortos da tropa paraense foram homenageados e enterrados na localidade.

A Brigada Militar do Pará também atuou nos combates de 1.º de outubro, comandada pelo próprio general Artur Oscar, tendo sido designada para ocupar posições a esquerda do rio Vaza-Barris. Este mesmo combate teve a participação das polícias de São Paulo, da Bahia e do 26.º Batalhão do Exército. O ataque foi iniciado ao amanhecer, e às 7 horas e 30 minutos os policiais baianos receberam ordens de avançar, sendo reforçados posteriormente pela ala direita do 1.º Corpo do Brigada Militar do Pará. Mesmo empregando mais de 2.000 homens, não foi possível definir a guerra, sendo suspensos os ataques da tropa paraense (MARRECA, *Op. Cit*, p. 33).

Os quadros a seguir apresentam os números de mortos e feridos da Brigada Militar do Estado do Pará na Guerra de Canudos (REGO, 1967, p. 71).

QUADRO 1: Mortos e feridos na Guerra		
Causa da morte	Mortos	Feridos
Combate de 25 de setembro	19	35
Combate de 1.º de outubro	03	03
Causas diversas	04	-
Total	26	38

QUADRO 2: Militares paraenses mortos e feridos na Batalha de 25 de setembro			
1.º CORPO			
Mortos	Patentes	Feridos	Patentes
Ildefonso Teixeira de Vasconcelos	Cabo	José Sotero de Meneses	Coronel
Olympio Pereira da Cunha	Anspeçada	Raymundo Alberto de Vasconcelos	2.º Sargento
Manoel Joaquim Furtado de Souza	Soldado	José Euclides de Mendonça Beltrão	2.º Sargento
Fermiliano Fernandes Lopes	Soldado	José Orleans da Silva	2.º Sargento
Benedicto Antônio dos Santos	Soldado	Marcellino C. Almeida Saldanha	Cabo
Ildefonso José da Silva	Soldado	Raymundo Nonato da Silva	Cabo
Manoel Soares de Souza	Soldado	Anselmo Soares da Silva	Anspeçada
Marcellino Theodoro dos Santos	Soldado	Raymundo Alves Feitosa	Anspeçada
Antônio Ferreira de Souza	Soldado	Melchiades Bentes de Araújo	Anspeçada
		José Pedro da Silva	Soldado
		Sebastião José Pereira Fernandes	Soldado
		Bernardo João de Lima	Soldado

		Antônio dos Santos Andrade	Soldado
		Pedro José Pereira	Soldado
		Antônio Ferreira Lima	Soldado
		Dorotheu José Teixeira	Soldado
2.º CORPO			
Manoel Baptista Cordeiro	Capitão	Calixto Malaquias Mendes	Major
Manoel José de Assumpção	2º Sargento	Benedicto Asclepiades de Pontes	Capitão
Manoel Pereira	Anspeçada	Antônio Rosa Chaves	Tenente
José Lourenço Carneiro da Cunha	Corneteiro	Manoel Fernandes de Lima	Cabo
Salvador Baptista de Souza	Soldado	Antônio Manoel de Menezes	Cabo
Francisco Bernardo da Silva	Soldado	Manoel Francisco Alves	Cabo
Antônio Martins da Costa	Soldado	Raymundo Ferreira da Cunha	Anspeçada
João Raymundo Ribeiro	Soldado	Manoel Lopes de Oliveira	Anspeçada
Francisco Caetano de Vasconcellos	Soldado	Pedro de Araújo Lima	Anspeçada
João Lopes de Souza Cardoso	Soldado	José Ignácio Avelino Cruz	Soldado
		Jeronymo Pereira Hollanda	Soldado
		Antônio Rodrigues de Mendonça	Soldado
		Izaac Ferreira de Oliveira	Soldado
		José Antônio Cardoso Alves Branco	Soldado
		Joaquim Antônio da Cruz	Soldado
		Pedro Gomes da Silva	Soldado
		Victaliano Gomes Ferreira	Soldado
		Idelsonso Vianna de Oliveira	Soldado
		Agostinho Antônio F. de Oliveira	Soldado

QUADRO 3: Militares paraenses mortos e feridos na batalha de 1.º de outubro			
1.º CORPO			
Mortos	Patentes	Feridos	Patentes
Feliciano toscano de Brito	Alferes		
2.º CORPO			
Manoel Nogueira Soares	2.º Sargento	José Rodrigues Lima	1.º Sargento
Antônio de Almeida	Anspeçada	José Ignácio Cardoso	Soldado
Bertino Manuel da Conceição	Soldado		

Canudos só caiu em 5 de outubro, após a tomada da cidadela. O tenente da Brigada Militar do Pará, Orvácio Deolindo Marreca, que tal como Euclides da Cunha teve o cuidado de escrever um minucioso relatório da guerra, afirma que o 1.º Corpo de Infantaria paraense foi ordenado a atuar junto ao 12.º Batalhão de Infantaria do Exército

para fazer a guarda dos prisioneiros, quando ocorreu a degola dos conselheiristas. O tenente e escritor paraense afirma que Artur Oscar entregou ao ajudante de ordens uma relação dos presos que deveriam cavar suas tocas e, depois de mortos e queimados, seriam enterrados. O registro do tenente Marreca confirma as famosas atrocidades cometidas pela 4^a Expedição sobre os prisioneiros: “[...] degolados, cujos corpos ainda ofegantes, com os músculos estiolados pela fome e pela sede, em contorções macabras, nos últimos estertores da morte; eram empilhados uns após outros, deitando-se em cima Kerozene e ateando-se-lhes fogo!” (MARRECA, 1937, p. 24).

5. Considerações finais

A tropa paraense iniciou sua retirada de Canudos no dia 8 de outubro, deixando para trás o corneteiro Francisco Chagas, que estava com varíola. No dia 16, a tropa chegou à capital baiana, sendo recebida com festa organizada pelo poder público a todos que regressavam da guerra. Ainda em Salvador, morreram o cabo José Corrêa Muniz e o sargento José Rodrigues Lima. No dia 1.º de novembro o Alferes Feliciano Toscano de Brito, que tinha ficado na capital baiana para receber tratamento, não resistiu e faleceu.

A Brigada Militar do Pará embarcou no dia 23 de outubro no vapor *Planeta*, que lhe trouxe a Belém. Antes teve de deixar o sargento José Mariano dos Santos para se submeter a tratamento, pois estava com varíola. Todavia, o militar não resistiu e faleceu no início de novembro.

No dia 4 de novembro, a tropa chegou a Belém e foi recebida com uma grande festa. Antes da atracação do vapor no porto de Belém, as embarcações que conduziram as autoridades e familiares foram recepcionar os combatentes. Havia cerca de 20.000 pessoas às margens da Baía do Guajará acompanhando a chegada e desembarque dos militares (REGO, 1967, p. 40). Na realidade, em várias ocasiões, o governo do Pará homenageou os militares que lutaram em Canudos, principalmente porque muitos foram promovidos.

A participação paraense na Guerra de Canudos teve o claro objetivo de assegurar destaque político aos republicanos do Pará no cenário nacional. Todavia, logo a guerra foi entendida como um grande crime cometido pela República, que se excedeu e levou os conselheiristas ao esgotamento total, não escapando da degola homens, mulheres e crianças. Nesse sentido, se o governo republicano paraense acreditava que a participação da Brigada Militar do Pará na guerra renderia ganhos políticos, seus esforços foram em vão.

A tentativa de homenagear e perpetuar a campanha paraense na guerra está presente na letra do hino da Polícia Militar do Pará, mantido até a atualidade. Além disso, a participação da Brigada Militar do Estado do Pará, representada no nome do bairro Canudos, na zona leste da cidade de Belém, é uma homenagem à atuação paraense na guerra do sertão baiano. Neste mesmo caminho, no bairro do Marco, também ocorreu a mudança do nome da Rua Conde D’Eu, como era chamada até 16 de dezembro de 1897, para Avenida 25 de Setembro. Todas estas mudanças ocorreram em sessão do Conselho Municipal, de 16 de dezembro de 1897 (CRUZ, 1992, p. 29), como uma etapa da comemoração da participação paraense em uma guerra que, nacionalmente, logo seria considerada um grande crime da República.

6. Referências bibliográficas

Fontes Utilizadas

a) Jornais da Biblioteca Pública Arthur Vianna

A Folha do Norte. Belém, 03/07/1897.
A Folha do Norte. Belém, 03/08/1897.
A República. Belém, 30/07/1897.
A República. Belém, 03/08/1897.
A República. Belém, 06/08/1897.
Diário de Notícias. Belém, 30/07/1897.
O Apologista Christão Brasileiro. Belém, 01/05/1897.
O Apologista Christão Brasileiro. Belém, 01/12/1897.

b) Documentação do Arquivo Público do Estado do Pará

Arquivo Público do Pará – APEP. Secretaria do Governo do Estado do Pará. Livro de Atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897.

Estudos

CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. 2 ed. Belém: CEJUP, 1992.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARRECA, Orvácio Deolindo da Cunha. *A Milícia Paraense e a sua heróica atuação na Guerra de Canudos*. Belém: Guajarina, 1937.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

REGO, Orlando L. M. de Moraes do. *História da Milícia Paraense na campanha de Canudos*. Belém: Imprensa Universitária, 1967.

_____. *Retrospecto histórico da Polícia Militar do Estado do Pará (1822-1930)*. Belém: IHGB, 1981.

VILLELA JR., Marcos Evangelista. *Canudos: memórias de um combatente*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1997.